

Relações dialógicas e a ética na pesquisa com crianças em comunidades ao sul de Moçambique: encontros da etnografia e o fazer sensível¹

Marina Di Napoli Pastore. Pós doutoranda - CRIAS/UFPB².

Resumo: A pesquisa com crianças requer cuidados e atenção dos pesquisadores, principalmente quanto ao processo e ao fazer etnográfico. Fazer pesquisas com crianças é compreender seu entorno, suas culturas e realidades com as quais convivem e estão inseridas, em diálogos constantes com seus contextos. Com esta observação, esse resumo apresenta alguns apontamentos sobre as questões éticas e metodológicas de uma pesquisa de Doutorado sobre o brincar e a pluralidade de infâncias e crianças desde o sul de Moçambique, realizado em três comunidades diferentes no país, e da pesquisa em andamento, no Pós Doutorado, sobre o brincar e a pandemia. Ao compreender que a etnografia é teoria e método do encontro, em que a dialogia é sustentada com os outros, no caso as crianças e seus entornos, o objetivo do texto é pensar e trazer para o cerne da discussão as evidências e particularidades da observação participante de longo período, os vínculos e parcerias durante os anos, a participação das crianças e a inserção da pesquisadora nas comunidades em que o estudo de campo ocorreu, bem como os desafios que emergem na prática etnográfica, em que as relações éticas são pautadas pelos momentos de trocas. Ressalta-se a relevância de discutir questões éticas que envolvem as relações de poder entre a pesquisadora (estrangeira) e as crianças; a invisibilidade das crianças moçambicanas num contexto global frente às pesquisas; questionamentos quanto à autoria e condução da pesquisa; relações entre consentimento e participação efetiva; trocas entre culturas e relações entre seres humanos e não-humanos, bem como a condução da análise dos dados e a produção final. Como conclusão, o texto amplia o debate para a situação atual, na qual a pesquisa com crianças é ainda desafio e, com o agravante da pandemia do Covid-19, outras questões são colocadas em xeque na pesquisa etnográfica com as crianças ao sul de Moçambique.

Palavras-chave: ética na pesquisa; crianças; Moçambique

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

² Doutora em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pós Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Grupo de pesquisa CRIAS e Núcleo Amanar – Casa das Áfricas

Abstract: Research with children requires care and attention from researchers, especially regarding the process and ethnographic. To do research with children is to understand their surroundings, their cultures and realities with which they live and are inserted, in constant dialogues with their contexts. With this observation, this summary presents some notes on the ethical and methodological issues of a Doctoral research on play and the plurality of childhoods and children from southern Mozambique, conducted in three different communities in the country, and ongoing research, in the Post-Doctoral Studies, on playing and the pandemic. By understanding that ethnography is the theory and method of encounter, in which the dialogic is sustained with others, in this case the children and their surroundings, the objective of the text is to think and bring to the heart of the discussion the evidence and particularities of long-term participant observation, the bonds and partnerships during the years, the participation of children and the insertion of the researcher in the communities in which the field study occurred, as well as the challenges that emerge in ethnographic practice, in which ethical relations are guided by the moments of exchanges. It is emphasized the relevance of discussing ethical issues that involve the power relations between the researcher (foreign) and children; the invisibility of Mozambican children in a global context in the face of research; questions about the authorship and conduct of the research; relationships between consent and effective participation; exchanges between cultures and relations between humans and non-humans, as well as conducting data analysis and final production. In conclusion, the text broadens the debate to the current situation, in which research with children is still a challenge and, with the aggravating of the Covid-19 pandemic, other questions are put in check in ethnographic research with children in southern Mozambique.

Keywords: ethics in research; children; Mozambique

Introdução

Nos últimos anos, a produção nas áreas dos estudos das infâncias e crianças tem aumentado em número significativo, nas mais diversas disciplinas. Ao buscarmos as crianças enquanto atores sociais, protagonistas de suas histórias e integrantes ativas na construção coletiva de mundo, as disciplinas também têm trazido ao debate a criança enquanto produtora de seus processos e a participação social em relação aquilo que lhes diz respeito (TISDALL, PUNCH, 2012; PUNCH, 2019; SEN, 2019).

Dentro das pesquisas, pouco tem se discutido, ainda, sobre as questões éticas que envolvem tais estudos. Fernandes (2016) discute sobre a invisibilidade dos documentos e publicações acadêmicas que regulavam a relação entre ética e pesquisa com crianças até meados da década de 1990, quando passam a ser registradas, então, “mudanças no paradigma com base no qual se entende/compreende a criança e a infância, lançando-se, assim, também as bases para uma renovação ético-metodológica nas relações de pesquisa com crianças” (FERNANDES, 2016, p. 761).

Alinhado a uma discussão sobre as infâncias e crianças em Moçambique, este trabalho discute, a partir da etnografia, enquanto metodologia de pesquisas entre os anos de 2014 a 2018, e da netnografia no ano de 2020, a ética envolvida na concepção das pesquisas realizadas e em andamento e o foco no brincar, considerado “mote de múltiplos sentidos e pluriversos entre infâncias e crianças desde o sul de Moçambique, nas 3 comunidades que seguem: Matola A, Mabotine e Nhandlovo” (PASTORE, 2020, p. 62).

A partir de estudos etnográficos multisituados (MARCUS, 1995), longitudinais, e com referências que buscaram as experiências e trocas nos momentos de apreensão dialógica, este trabalho apresenta os percursos éticos que as pesquisas trilharam, em sua produção, bem como a reflexão sobre a participação e aceite das crianças, desde a permissão em participar à devolutiva da pesquisa.

Foi necessário, na construção das pesquisas, o reconhecimento de infâncias plurais a partir de seus contextos reais, respeitando um diálogo duplo, no qual as pesquisas tem dialogado, de um lado, com as crianças e seus conhecimentos e, de outro, entre os pares acadêmicos, destacando o lugar da infância e sua diversidade, histórias, culturas e entendimentos diversos. O lugar do sensível, no fazer das pesquisas, foi também elo importante na condução, vinculação e partilha com as crianças, suas famílias e comunidades.

As pesquisas foram pautadas pelo Código de Ética do antropólogo e da antropóloga, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), por serem conduzidas em universidades brasileiras, e, em Moçambique, por uma ausência de comitê ético para as pesquisas em ciências sociais, acabei buscando os órgãos que tem pensado a ética na pesquisa no país: o departamento de sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, junto à UNICEF Moçambique, e o curso de curta duração em ética na pesquisa social, da qual participei da formação na primeira turma, em 2017. Segue, também, em diálogo com pesquisadores e estudos das infâncias e suas relações éticas (PIRES, 2007).

Segundo Roriz e Padez (2017), estar alinhado com as permissões éticas não significa, de fato, fazer uma pesquisa ética: é necessário repensar os modos de conduzir a pesquisa, enfaticamente a etnográfica, uma vez que “toca diretamente a forma como produzimos conhecimento” (2017, p. 16), do seu planejamento à finalização. Assim, este trabalho apresenta uma discussão sobre a participação das crianças nas pesquisas em Moçambique, e a construção do aceite ao assentimento das crianças e seus responsáveis, num processo dialógico e sensível do fazer pesquisa.

Procedimentos metodológicos: os caminhos das pesquisas

As pesquisas de Doutorado e a de Pós-Doutorado, realizadas com crianças de cidades localizadas ao sul de Moçambique, compreendem criança como “todo indivíduo moçambicano dos 0 aos 18 anos de idade”, segundo a Constituição da República (2004), a participação das crianças nas pesquisas que correram compreendeu a faixa etária dos 3 aos 15 anos, considerando também as definições que as próprias crianças estabeleceram em pesquisas anteriores, e a relação com as faixas etárias perante a escola (PASTORE, 2015, 2020).

Durante os anos de 2014 a 2018, a pesquisa etnográfica buscou as crianças em três comunidades moçambicanas, nomeadamente: Mabotine, Matola A e Nhandlovo. A partir da etnografia, foi possível observar os momentos do brincar, contextualizados, em que foi permitido a presença da pesquisadora, tal qual a teorização e a prática da metodologia da pesquisa, em que o vínculo com as crianças e suas famílias, desde o ano de 2012, foi essencial.

Na pesquisa de pós doutorado, o vínculo com as crianças foi mantido; porém, com as questões restritas de acesso à internet e a própria qualidade do acesso, foi preciso buscar outros modos de fazer a pesquisa, em que outras crianças acabaram por englobar o escopo da pesquisa, majoritariamente as de classe média alta. A pesquisa foi entendida, em sua metodologia, como netnografia, em que há uma mescla com a etnografia virtual. Enquanto metodologia de pesquisa, a netnografia tem sido, para alguns autores, um modo de compreender e apreender símbolos e simbologias através do meio virtual, bem como adentrar em comunidade online, a partir de contextos de ações humanas que, no caso, seriam em torno do brincar na pandemia (KOZINETS, 2014; RIFLOTIS, 2016).

Embora o trabalho não seja focado nas metodologias de pesquisa, a ética e a condução das mesmas fazem parte de um caminho que desafiam tanto a pesquisadora quanto os participantes das pesquisas quanto as questões éticas, compreendidas, aqui, como processos das pesquisas. Contextualizar as comunidades e as realidades das crianças é, de igual modo, desafiante, mas, sobretudo, passo importante para o reconhecimento delas enquanto autoras e atoras dos processos de suas vidas, compartilhamentos de saberes e produção de dados de pesquisa e cultura.

Buscar o brincar foi, até aqui, um dos meios mais desafiante de fazer pesquisa: a predisposição das crianças em ter uma pesquisadora adulta nestes momentos, presenciais ou em meios eletrônicos, bem como o acesso das pessoas à pesquisa, fosse presencial ou via internet; diferença de fuso horário e de realidades enquanto acesso a diferentes meios; os tipo de classe social a qual vivenciavam as crianças, englobando universos distintos de crianças e saberes; as disponibilidades dos pais ou responsáveis na interação com a pesquisadora, bem como das crianças comigo; a língua em que se dava os acordos pois, embora a língua oficial seja o português, muitos eram falantes de línguas nativas, necessitando de um intérprete em quase todos os momentos, geralmente as próprias crianças, entre outros. Pesquisar com crianças em contextos adversos me fez pensar em um desenho de pesquisa diferente, em que as crianças, apesar das adversidades e multiplicidades, pudessem participar, ativas e como agentes, em processos éticos de relações e trocas.

Embora o objetivo aqui não seja o de estender tais questões, sinto que seja importante ressaltar que fazer pesquisa etnográfica, com trabalho de campo e técnicas associadas requer uma reflexividade de quem a faz, cuidando para não cair num jogo de inocência e de superioridade, bem como do ser igual entre pesquisador e pesquisado. O lugar no campo e nas relações deve ser sempre negociado, repensado e baseado em reflexões e nas relações, constituindo uma ética na pesquisa que se inicia no pensar do projeto e vai adiante (PASTORE, 2020, p. 46)

Estar ancorado com as permissões éticas e teóricas não significa fazer, na prática, uma pesquisa ética; é necessário colocarmos em evidência as particularidades da etnografia e do modo como conduzimos a pesquisa. Assim, o texto apresenta os modos como foram conduzidas, eticamente, as pesquisas e as relações com as crianças, em seus períodos e conteúdos, em diálogos possíveis.

“Permitir é mais que participar: é pertencer”. A pesquisa de campo e o aceite das crianças

Pesquisas longitudinais caem no risco, muito geralmente, de recontarem as histórias partilhadas; fazer pesquisa em que as novidades, além de desafiantes, sejam inovadoras, é parte de um processo de trocas que a pesquisa ética permite. Com as crianças em Moçambique, em sua vez, os diálogos traçados não seriam diferentes.

Em 2012, na Matola A, foi o primeiro contato com as crianças. A partir de um trabalho numa ONG, questionadas sobre o que queriam fazer, as 822 crianças trouxeram sobre as possibilidades de desenhar, pintar, jogar (futebol), dançar, ler e contar histórias, explorar. 822 crianças participantes, ativas e numa imagem contrária daquilo que as literaturas e mídias mostravam. Com históricos próprios e situadas em seus contextos, foi possível pensar em modos de fazer pesquisa que buscassem as crianças e seus territórios, em que o brincar fosse palco, centro e foco de estudos.

As relações, construídas a partir de 2012, foram tecidas no decorrer da convivência e da amplitude de rede. Em 2014, no mestrado, convivi durante seis meses na Matola A, morando na casa de cinco crianças; junto a isso, passei a integrar o projeto *Munthi Wa SwiVanana*, trabalhando com crianças na comunidade de Mabotine. Em 2017 e 2018, no doutorado, além das relações estabelecidas anteriormente, foi possível, através dos vínculos criados, chegar a um povoado rural, Nhandlovo, permanecer lá com a família de uma das crianças com quem partilho experiências e vivências desde 2012, e fazer pesquisa com as crianças ali. Os vínculos e as relações sensíveis foram os responsáveis pela continuidade e abertura de leque de possibilidades do campo.

Em 2020, com o cenário da pandemia pelo Covid-19, a metodologia da pesquisa foi modificada, e a coleta acabou sendo virtual. Com isso, as crianças foram acessadas via aplicativos de celular, principalmente *WhatsApp* e *Facebook*, e com mediação de algum adulto, geralmente as mães. Participaram algumas crianças já conhecidas, mas principalmente novas, contactadas através de solicitação em grupos de adultos e explicação sobre a pesquisa para coleta de dados de modo digital.

Assim, as pesquisas de mestrado, doutorado e pós doutorado foram sendo rascunhadas e traçadas, focalizando as crianças e seus modos de saber fazer, em diversas situações, tendo no brincar a atividade significativa e com sentido do ser crianças e suas pluriversidades desde o sul de Moçambique.

Um dos primeiros pontos sobre a permissão e aceite das pesquisas teve início no reconhecimento dos espaços, em qualquer um dos lugares que ela ocorreu, num processo que nomeei como “pré-campo”, entrando em contato com as crianças e adultos, mediando as relações e tomando nota sobre os territórios, fosse na forma física ou digital, num

movimento de “pedir licença” para ali estar, me apresentar e falar sobre as intenções da pesquisa. Em minha tese de Doutorado, defendi que esse “pré-campo” foi essencial, tanto do ponto de vista da etnografia, na época, e da netnografia, na pesquisa atual, mas também foi “(...) um modo sensível de fazer pesquisa e estar em relação com as pessoas, criando vínculos. Aliás, foi através dos vínculos, como descrito anteriormente, que pude chegar em cada um dos lugares (PASTORE, 2020a, p. 56)”.

Em cada espaço, o consentimento para poder estar ali e, depois, realizar a pesquisa se deu de forma particular, mas, em todos, foi preciso “pedir licença”. Por pedir licença compreendo, aqui, que é a primeira relação que estabeleci com as pessoas, com os lugares e com a convivência, antes mesmo de falar da pesquisa: em 2012 na Matola, em 2014 em Maboline e em 2017 em Nhandlovo. Após um período de convivência nestes espaços, o retorno em anos posteriores e início da pesquisa se deu de forma dialogada e em conversa e acordo sempre com as crianças, adultos, chefes tradicionais e autoridades e/ou representantes outros (PASTORE, 2020, p. 57)

Se nas pesquisas presenciais a autorização foi concedida de forma pessoal e coletiva, nas relações com as crianças, suas famílias e chefes comunitários, na pesquisa digital não foi diferente: foi preciso autorização para entrar nos grupos pelos administradores, depois de consultadas as pessoas que os compunham, e então o aceite das mães para que os filhos pudessem participar, com a prévia de verem o questionário e compreenderem os modos como se daria a pesquisa.

Elas mesmas solicitaram o questionário para apresentarem aos filhos e, após terem sido respondidos, retornariam. Em ambos grupos, uma apresentação pessoal e dos objetivos da pesquisa foi realizada. Pouco a pouco, conforme o aceite das mães ocorria, intensificaram-se as trocas de mensagens, permitindo um processo mais dialógico, direto, individual e menos rígido. Cada uma das mulheres mediadoras foi contactada por mensagem privada, no próprio Facebook, por e-mail ou mesmo pelo telefone. A forma de responder às perguntas acomodou-se às disponibilidades e preferências de pais (geralmente mães) e das crianças. A pesquisa efetivou-se em encontros virtuais previamente marcados com as crianças e seus responsáveis, seguindo roteiro com perguntas predefinidas (PASTORE, PIRES, 2020, p. 292-293).

As dinâmicas das pesquisas apresentaram, em suas diversidades, os caminhos para chegar até as crianças. Ao contactá-las, a primeira pergunta realizada, em qualquer um dos campos, após me apresentar e apresentar o que era a pesquisa, de onde vinha e o que seria feito com ela, era “você aceita me ajudar com este TPC?”. TPC é um termo utilizado entre as crianças que condiz com “tarefa para casa”, remetendo à vida escolar e criando modos

mais próximos de entendimentos sobre o que era a pesquisa. Com o aceite das crianças, foi possível iniciar, de fato, as pesquisas, fosse como observadora participante ou entrevistadora.

Permitir que a pesquisa fosse algo mais próximo das crianças possibilitou diálogos inusitados. Algumas crianças me questionavam “em qual classes estás?”, referindo ao período escolar, e outras se “não cansas de estudar?”; na pesquisa virtual, algumas pediam para verem minha mãe ou mesmo saber como estava a situação do Covid-19 no Brasil; com as mães e responsáveis, os diálogos também giravam em torno do que faria com os dados da pesquisa, quanto havia “tirado” anteriormente (menção às notas escolares), e se eu iria trabalhar em Moçambique ao final dos estudos – no que eu respondia “se tiver oportunidade, sim”. Estar em uma pesquisa dialógica é permitir, também, uma relação de trocas em que as perguntas possam surgir em ambos os lados, a partir da convivência, compreendendo, também, o vínculo e a relação ética a qual me comprometi.

Para que o trabalho pudesse ser configurado em parceria com as crianças, a dialogia, enquanto relação horizontal e de diálogo entre pesquisadora, crianças, famílias e comunidade, de modo geral, precisou estar atuante, em interações formadas que respeitavam “a individualidade da criança, seus valores e suas expectativas. Com autenticidade e verdade, coerência. O importante é saber por quem estamos fazendo opção e aliança” (FREIRE, 1989, p. 13).

Em alguns lugares, a permissão para a pesquisa foi além: em Nhandlovo, por exemplo, após ter o aceite das crianças e familiares, foi preciso pedir autorização a todos os chefes das comunidades, compreendidos e reconhecidos pelo seu poder comunitário e validado pelo Estado. Foi no fazer da pesquisa que compreendi as relações hierárquicas e os jogos de poder envolvidos; “naquele instante, percebi claramente o quanto fazer pesquisa não era só chegar e começar. Tem a ver com paciência, como me foi dito anteriormente, mas tem a ver com vínculo e com as relações que estabelecemos” (PASTORE, 2020, p. 60).

Participar foi se desdobrando em pertencer. A permissão inicial, após concedida, passou por diversas etapas durante o percurso da pesquisa: questões burocráticas, reconhecimentos dos locais e pelos locais em que a produção de dados passou, a anuência das crianças com o meu eu pesquisadora, tal qual o aceite delas em momentos variados do dia, em que fui convidada a brincar junto, tanto presencial quanto virtual, e a disposição para estarmos em momentos de diálogos e mesmo em silêncio, numa compreensão de trocas e relações, no fazer sensível e em produções igualmente éticas.

Do consentimento e autorização há a passagem para o assentimento, conforme discussão abaixo.

Consentir e assentir: caminhos para a consolidação de uma participação ética na pesquisa com crianças

Após explicados os objetivos e modos como as pesquisas iam ocorrer, havia a passagem entre o consentimento das crianças e seus responsáveis ao assentimento na pesquisa, ou seja, do aceite a firmação da participação na pesquisa. O consentimento, livre e esclarecido, foi realizado de forma oral, a partir de um entendimento que a oralidade era predominante ali, e por se tratar de crianças que, em sua maioria, ainda não sabiam ler e/ou escrever em português³. “Se entendemos a relação baseada na ética e no cuidado do pesquisador com pesquisados, e numa relação entre eles, tem que se zelar também com os cuidados acerca da cultura, da qual a palavra e a tradição oral não estão segregadas” (PASTORE, 2020, p. 62).

Consentimento era, então, a permissão para estar nos lugares e com as crianças, em presença física ou virtual. Mas algumas passagens nas pesquisas me fizeram questionar sobre a participação nas mesmas:

Mas o consentimento nada mais era que uma permissão para poder fazer a pesquisa, e não o estar em relação em si. Percebi isso em uma conversa com seu Alberto, em Nhandlovo, quando, de maneira despreziosa, conversávamos sobre o dia-a-dia da comunidade e ele questionou meus interesses em estar ali e o que isso poderia trazer de retorno para eles. Expliquei que pretendia, em escala macro, poder repensar as leis e políticas sobre as crianças e infâncias e os programas de ajuda externas, pensando de maneira mais local e contextualizada e que, de forma micro, poder pensar em formas das produções das crianças serem valorizadas enquanto saberes e como isso poderia ser integrado nas escolas. Após me contar algumas ideias, seu Alberto me disse: “tem muita coisa para conhecer, mas não basta só estar aqui. Para descobrir, é preciso conquistar” (CADERNO DE CAMPO 2, 2017), e foi então que entendi que aceitar participar que minha pesquisa fosse realizada não significava estar fazendo a pesquisa em si (PASTORE, 2020, p. 61-62).

Estava em chamada com Nestor, de 6 anos, quando ele resolveu me mostrar sua coleção de legos. Mostrou todas as peças montadas e

³ Havia muitas crianças que ainda não frequentavam às escolas e, mesmo as que frequentavam, tinham maior facilidade na língua falada, principalmente no *changana* ou *matsua*, línguas maternas moçambicanas. A tradução, quando nestes casos, era realizada por alguma criança falante das duas línguas ou pelos seus responsáveis, e vice-versa.

iniciou a montagem de um carrinho. Em dado momento, levantou e saiu correndo. Passado alguns minutos, sua mãe voltou-se ao celular e disse “ih Marina, Nestor está a dormir. Acho que esqueceu de ti aqui”, e então desligamos. Algum tempo depois, Nestor me ligou e disse “ih tia, tava cansado. Até me esqueci de si. Mas já fizeste o tpc bem, né?”, desligando logo em seguida. Esse fato me fez lembrar uma passagem na Matola, quando os meninos saíram em busca de paus e pneus para brincarem de luta, e me deixaram na sala da casa de Félix, aparecendo horas mais tarde e afirmando que “fomos brincar com coisas de meninos”, mostrando que a minha participação era através da informação do que ocorreu, e não como participante daquele momento. De maneira próxima, Nestor permite minha participação em alguns momentos, não em todos (CADERNO DE CAMPO, 2020, p. 32)

As passagens acima, como exemplos, ilustram que, embora consentida a pesquisa, a participação das crianças e os modos como essa participação se dá tem níveis distintos de ocorrer. Consentir faz-se diferente de assentir, no que Manuela Ferreira (2010) tem discutido o quanto, com as crianças pequenas, não há um consentimento propriamente dito, mas sim um assentimento no sentido de que são menores de idade e a responsabilidade cabe aos responsáveis (pais, geralmente), e mesmo a compreensão daquilo que autorizam.

Há uma delicadeza e sensibilidade, por parte dos pesquisadores, que deve ser considerada na pesquisa com as crianças: por mais que elas informem sobre o consentimento, há momentos em que há um incômodo com a participação de um adulto, principalmente nos momentos do brincar, em que a criança diz de modos sem ser pela fala, como nas ausências e “sumiços”. Em outros momentos, quando minha participação era negada, tanto as crianças quanto os adultos falavam em língua materna, de modo que eu não compreendesse o diálogo e, assim, não participasse. Ao afirmar que “parece-me plausível afirmar que os mundos do pesquisador enquanto um adulto e o do nativo enquanto criança são comunicáveis. Mas nem sempre é o caso”, Pires (2010, p. 236) nos faz refletir sobre os espaços, proximidades e distanciamentos entre nós e na participação efetiva na pesquisa.

Em um dos momentos em campo, em 2018, seu Carlos, chefe da localidade de Guma me disse:

[...] fazer pesquisa tem muitos jeitos de fazer. Você pode vir, observar e ir embora, não falar nada a ninguém e não há de se saber o que você faz com isso. Você pode vir, interagir com as pessoas, explicar o que faz, ser autorizado e ir embora. Você pode fazer tudo isso e destratar as pessoas e nunca mais aparecer. Só você sabe como vai fazer e usar isso. (CADERNO DE CAMPO 1, 2018).

Com as questões de distanciamento social e uso das redes sociais, neste ano de 2020, esse assunto se tornou ainda mais necessário. Tive o aceite de crianças que não me conheciam e que, de igual modo, suas mães confiaram em uma adulta, estrangeira, coletando dados através de número de telefone. A linha ética, para além do consentimento, implica em sutilezas e delicadezas, como na compreensão de que, em muitos momentos, as crianças podem mudar de ideia e querer fazer outra coisa. Malik, de 4 anos, em um dos momentos que conversava comigo, disse “já me cansei. Falta muito?”, após 3 minutos de entrevista, no que respondi que “sim. Mas não precisamos terminar agora”, e então Malik quis desenhar. Algum tempo depois, sua mãe me ligou e mostrou o desenho que ele havia feito, sobre o Covid-19, e disse “para colocares no seu *tpc*”.

As crianças têm modos sutis de mostrarem o interesse em participar ou não dos momentos da pesquisa, em sua totalidade ou parte dela, como os momentos de ausência ou de saírem para brincar sem chamar o pesquisador. Em outras situações, menos frequentes, elas conseguem dizer quando não se sentem confortáveis com a pesquisa ou com o pesquisador, como aconteceu com Malik ou em uma passagem com Marley, que me disse “não quero responder mais. Quero ler meu jornal. Tchau”, e desligou o telefone; em ambos casos, é necessário fazer uma reflexão sobre a concordância das crianças com a presença do pesquisador, com a pesquisa e com a real participação delas nos processos.

Para conseguir estar ali, sendo adulta e pesquisando crianças, foi importante estabelecer uma relação que diferenciava dos demais adultos e autoridades dos locais, ao mesmo tempo que eu precisava compreender os “não” que me eram colocados, das mais diversas maneiras (PIRES, 2010; FERREIRA, 2010). Foi preciso um manejo nessas situações, que possibilitaram inclusive a minha persistência e presença no campo, de modo respeitoso com os adultos e crianças, e com aquilo que me foi concebido (PASTORE, 2020, p. 65).

Num trabalho com crianças, seja em pesquisa etnográfica ou netnográfica, como ilustrada neste texto, cabe ao pesquisador atentar e cuidar destas questões que estão permeando e perpassando a pesquisa em todos os momentos, em que “inverter o olhar e conhecer a realidade social a partir da infância e das crianças” (FERREIRA, 2010, p. 154) é um exercício necessário.

Conceber um estudo que se diz participativo e seguindo um processo ético, desde sua formulação até a devolutiva, é sempre delicado: há que se entender o poder de decisão das crianças, enquanto sujeito ativos e participantes, em seus processos sociais. A relação de trocas deve ser negociada a todo instante, tal qual a compreensão da participação ou

não, seus modos de estar ou de querer, entre outros. Produzir uma pesquisa ética com crianças é estar em constante diálogo, verbal e não verbal, estabelecidos em relações.

Algumas considerações...

As pesquisas realizadas com crianças tem o grande desafio de se estabelecer como uma relação horizontal, em que se torna essencial a aceitação dos seus mundos, racionalidades e lógicas outras, onde é “particularmente desafiador por causa das diferenças óbvias entre adultos e crianças em termos de maturidade comunicativa e cognitiva, poder (tanto real como percebido) e tamanho físico” (CORSARO, 2005, p. 444).

Na relação com as crianças, Paulo Freire discute que é necessário “se identificar com a criança sem perder sua individualidade, buscando com as crianças as propostas para suas inquietações de ‘existir no mundo’. Fazendo a história com a criança” (FREIRE, 1989, p. 13), na qual devemos, enquanto pesquisadores, apostar na democratização do poder com participação da criança nas decisões das situações do processo de pesquisa, pensando e fazendo da pesquisa participativa, de fato.

Embora as pesquisas, nos tempos atuais e de distanciamento social, tenham se tornado mais distantes, não significa que devam ser impessoais: a partir do momento que se trabalha com crianças e prevê-se a participação delas nas pesquisas, é importante que tracemos, enquanto pesquisadores, modos de permitir a participação das crianças e de seus pluriversos, em que o cuidado e a ética não sejam apenas na formulação dos projetos e modos de fazer o campo, mas sim enquanto produção de sentidos e de modos de vida.

Referências bibliográficas

CORSARO, W. A. Entrado no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-464, mai./ago. 2005.

FERNANDES, N. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 759-779, jul./set. 2016. Visualizado em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n66/1413-2478-rbedu-21-66-0759.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2020.

- FERREIRA, M. “A gente gosta é de brincar com os outros meninos!”: relações sociais entre crianças no Jardim de Infância. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2004.
- FREIRE, P. Paulo Freire e educadores de rua. Uma abordagem crítica. Projeto alternativas de atendimento aos meninos de rua. Bogotá, Colombia: UNICEF, 1989. (Série Metodológica).
- KOZINETS, Robert. V. Netnografia [recurso eletrônico]: realizando pesquisa etnográfica online / Robert V. Kozinets; tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Tatiana Melani Tosi, Raúl Ranauro Javales Júnior. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Penso, 2014.
- MARCUS, G. E. Ethnography in/off the World System: The Emergence of MultiSited Ethnography, *Annual Review of Anthropology*, 24, p. 95-117, 1995.
- PASTORE, Marina. N. Brincar-brinquedo, criar-fazendo: entrelaçando pluriversos de infâncias e crianças desde o sul de Moçambique. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional. Departamento de Terapia Ocupacional. Fevereiro, 2020.
- PASTORE, M. N; PIRES, F. Crianças moçambicanas em tempo de distanciamento social. *África (s)*. Vol.7. Nº. 13. Ano 2020.
- PIRES, Flávia. F. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. *Revista de Antropologia*. vol.50 no.1 São Paulo Jan./June 2007.
- PUNCH, S. Exploring children’s agency across majority and minority world contexts. In: ESSER, F. et al. *Reconceptualising Agency and Childhood: New perspectives in Childhood Studies*. London: Routledge, 2019. p. 183-196.
- RORIZ, M.; PADEZ, C. Research ethics regulations and its pitfalls for ethnographic practices. *Etnográfica*, Lisboa, v. 21, n. 1, p.75-95, 2017.
- SEN, H. Do the “mollycoddled” act? Children, agency and disciplinary entanglements in India. In: ESSER, F. et al. *Reconceptualising Agency and Childhood: new perspectives in Childhood Studies*. London: Routledge, 2019. p. 197-210.
- RIFLOTIS, Theophilos. Etnografia no Ciberespaço como “Repovoamento” e Explicação. In: *Políticas etnográficas no campo da cibercultura / organizadores Jean Segata, Theophilos Rifiotis*. – Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016.
- TISDALL, E. K. M; PUNCH, S. Exploring children and young people’s relationships across majority and minority worlds. *Children’s Geographies*, [s. l.], v.10, n. 3. p. 241-248, 2012.